

A importância da Educação Financeira nas Escolas

The importance of Financial Education in Schools

La importancia de la Educación Financiera en las Escuelas

Álvaro Alves de Sá¹

Acir Mario Karwoski²

Resumo

Este trabalho surge pela inquietação de perceber a importância da educação financeira para a Cidadania Financeira das pessoas. As crises e a instabilidade política, econômica e financeira do Brasil têm afetado diretamente os cidadãos brasileiros principalmente as pessoas de baixa renda. Algumas medidas são adotadas pelos governantes para conter estes desequilíbrios provocados por estas crises, o que acaba prejudicando ainda mais os setores menos favorecidos da sociedade e o cidadão com pouco conhecimento. Com esta demanda em alta, começou as ações para que as escolas abordassem o tema “Educação Financeira”, com o intuído de melhorar a relação do cidadão com o dinheiro e o consumo. Muitos pesquisadores entendem que há intencionalidades na educação financeira como ela está sendo proposta, pois tenta incutir nos estudantes o consumismo. Nos estudos dos letramentos que busca habilidade para a construção dos significados, tem segmentações que trata os letramentos financeiros sendo habilidades para ler, analisar, gerir, comunicar e discernir sobre escolhas. A educação também recebe críticas por não contextualizar as necessidades da sociedade dentro do ceio escolar deixando déficit na formação do cidadão. Um letramento financeiro crítico pode ajudar no desenvolvimento social. É um dever da escola trazer para dentro a realidade social do aluno e trabalhar criticamente. A Educação financeira recebe muitas críticas pelas intencionalidades inclusas dentro das propostas com viés capitalista e neoliberal, portanto é o grande desafio da educação extirpar estas intencionalidades e incutir intencionalidades que desenvolva o cidadão e que este possa contribuir para a sua sociedade de forma justa e consciente.

Palavras-chave: Educação Financeira, Letramentos Financeiros, Cidadania Financeira.

Abstract

This work arises from the concern of realizing the importance of financial education for people's Financial Citizenship. Crises and political, economic and financial instability in Brazil have directly

¹ Diretor de Riscos e Controles - do Sicoob Credimed - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Cidade de Uberaba. Mestrando em Educação, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3058761605165362>. E-mail: 202210055@uftm.edu.br.

² Doutor em Letras - Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente do Departamento de Linguística e Língua Portuguesa, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0772872573503574>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6548-4243> E-mail: acir.karwoski@uftm.edu.br.

affected Brazilian citizens, especially low-income people. Some measures are adopted by government officials to contain these imbalances caused by these crises, which ends up harming even more the less favored sectors of society and the citizen with little knowledge. With this demand on the rise, actions began for schools to address the theme "Financial Education", with the intention of improving the citizen's relationship with money and consumption. Many researchers understand that there are intentions in financial education as it is being proposed, as it tries to instill consumerism in students. In literacies studies that seek ability to construct meanings, there are segmentations that treat financial literacies as skills to read, analyze, manage, communicate and discern choices. Education also receives criticism for not contextualizing the needs of society within the school environment, leaving a deficit in the formation of citizens. Critical financial literacy can help social development. It is the school's duty to bring into the student's social reality and work critically. Financial Education receives a lot of criticism for the intentions included within proposals with a capitalist and neoliberal bias, so it is the great challenge of education to extirpate these intentions and instill intentions that develop citizens and that they can contribute to their society in a fair and conscious way.

Keywords: Financial Education, Financial Literacy, Financial Citizenship.

Resumen

Este trabajo surge de la preocupación por tomar conciencia de la importancia de la educación financiera para la Ciudadanía Financiera de las personas. Las crisis y la inestabilidad política, económica y financiera en Brasil han afectado directamente a los ciudadanos brasileños, especialmente a las personas con bajos ingresos. Algunas medidas han sido adoptadas por el gobierno para contener los desequilibrios causados por estas crisis, lo que ha acabado perjudicando aún más a los sectores menos favorecidos de la sociedad y a los ciudadanos con pocos conocimientos. Con esta demanda en aumento, se ha empezado a actuar para que en las escuelas se aborde el tema de la «Educación Financiera», con el objetivo de mejorar la relación de los ciudadanos con el dinero y el consumo. Muchos investigadores creen que hay intenciones en la educación financiera tal y como se está planteando, ya que trata de inculcar el consumismo en los alumnos. En los estudios sobre alfabetización, que buscan habilidades para construir significados, hay segmentaciones que tratan la alfabetización financiera como habilidades para leer, analizar, gestionar, comunicar y discernir sobre las elecciones. También se critica a la educación por no contextualizar las necesidades de la sociedad en el entorno escolar, dejando un déficit en la educación ciudadana. Una alfabetización financiera crítica puede contribuir al desarrollo social. Es deber de la escuela llevar la realidad social del alumno al aula y trabajarla críticamente. La educación financiera recibe muchas críticas por las intencionalidades incluidas dentro de las propuestas con sesgo capitalista y neoliberal, por lo que es el gran reto de la educación extirpar estas intencionalidades e inculcar intencionalidades que desarrolle al ciudadano y que pueda contribuir a su sociedad de manera justa y consciente.

Palabras clave: Educación Financiera, Alfabetización Financiera, Ciudadanía Financiera.

Introdução

Este trabalho surge pela inquietação de perceber a importância da educação financeira para a Cidadania Financeira das pessoas. O Brasil vem sempre enfrentando crises econômicas geradas por diversos fatores, sendo eles internos ou externos. A mais recente e grave, foi a pandemia da Covid-19 que se iniciou em 2019 na China chegando ao Brasil em 2020, gerando impactos econômicos e

levando a uma grave recessão com uma forte queda do PIB mundial. Para reduzir os impactos da crise alguns países utilizaram de instrumentos para suprir o desequilíbrio provocado, tais como redução de juros, reposição da renda familiar e apoio as empresas. (Sessa *et al.*, 2020, p. 41). Estas crises econômicas afetam diretamente milhões de brasileiros e coloca o cidadão frente a situações que pela falta de preparo e conhecimento, deixando-o ainda mais em uma situação financeira grave.

O Brasil já passou por outras crises na economia que afetou diretamente a cadeia produtiva e de serviços, causando grandes desajustes, como, fechamento de empresas, aumento do desemprego e dos preços dos produtos que gerou inflação. Por outro lado, o governo para conter e ou reduzir a inflação, reduz o consumo elevando os juros na tentativa de tirar o dinheiro de circulação, com esta medida as pessoas que precisam de crédito vai pagar mais por este dinheiro, beneficiando assim os capitalistas e prejudicando as pessoas de renda baixa que precisam tomar créditos. A instabilidade da economia brasileira deixa o cidadão despreparado confuso, sem saber o que fazer nos momentos em que as adversidades aparecem, ou até mesmo quando está tudo tranquilo. É preciso ter um cidadão crítico que saiba, diante dos momentos que se apresenta, tomar decisões que possam refletir nos momentos futuros, dando-lhe maior tranquilidade e melhor consciência em suas decisões. Cabral (2015, p.11) invoca a necessidade da literacia financeira no ensino de forma permanente por toda a vida para a promoção da cidadania, com pessoas preparadas, responsáveis que estão sempre em desenvolvimento e ajudando o desenvolvimento também da sociedade o qual está inserido.

Quais os movimentos da educação financeira no Brasil? como a legislação e as normatizações organizam a educação financeira no Brasil? Como a educação financeira pode ajudar na cidadania financeira das pessoas? Quais as intencionalidades da educação financeira no Brasil? A promoção de uma educação financeira pode despertar a consciência coletiva e individual do cidadão, buscando uma condição financeira sustentável, que, não só impactará na sua vida pessoal familiar como também de toda a sociedade. Estas situações que se apresentam colocam novos desafios à educação e às teorias de ensino, pois terá que saber filtrar e descartar imposições tendenciosas de grandes organizações. Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020, p. 52) chama a atenção para o esforço da educação em reduzir a distância dos “não privilegiados” para os “privilegiados” buscando uma forma de compensação ou reforço para os “não privilegiados” exemplificado com escolas de periferias com público que são excluídos pela sociedade. Para entender como a educação financeira poderá apoiar e atuar na sociedade do conhecimento, na realidade social e no ensino, é preciso contextualizar a vida cotidiana das pessoas. Ressalta-se, o governo federal publicou em 26 de dezembro de 2010 o decreto 7.397/10, criou o ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira, com o objetivo é promover a

educação financeira e contribuir para o fortalecimento da cidadania financeira nacional, a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores e conforme relata Cabral em sua dissertação:

A formação financeira pode contribuir decisivamente para uma cidadania financeira responsável ao apoiar a tomada de decisões financeiras informadas, daí que a maior ênfase atribuída à literacia financeira, em complemento ao reforço da regulamentação e da transparência de informação, surge como forma de contribuir para uma retoma econômica sustentável, bem como para a prevenção de crises futuras (Cabral, 2015, p. 13).

Movimentos da educação financeira

Alguns setores da sociedade e até mundial como a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em 2005 criou um documento com "Recomendações Sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira". Para a OCDE, educação financeira é um processo que o indivíduo e a sociedade compreendendo os conceitos e produtos financeiros, com informação, formação e orientação, e que possa desenvolver suas competências necessárias para uma melhor conscientização das oportunidades e riscos, possibilitando fazer escolhas, e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. O Governo Federal instituiu em dezembro de 2010 através do Decreto 7.397 o ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira com a finalidade de: "promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores." Fernandes aponta a finalidade da Enef:

A Enef tem a finalidade de levar a Educação Financeira aos diversos públicos, crianças, jovens e adultos. Para atingir o público infantil e jovem, serão requeridas ações nas escolas, com a orientação do MEC e colaboração dos Estados e Municípios. Inspirada pelo conceito de Educação Financeira, dado pela OCDE em 2005, e feitas as devidas adaptações para a realidade do Brasil [...] (Fernandes, 2019, p. 92).

Este decreto em seu Art 2.^º inciso 4.^º tem como uma de suas principais Diretrizes a atuação por meio de informação, formação e orientação. Criada em 2011 e qualificada como uma organização da sociedade civil de interesse público a AEF-Brasil uma instituição sem fins lucrativos ficou com a coordenação do Programa de Educação Financeira nas Escolas, com o objetivo de contribuir para o

desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente.

Em 2018 o Banco Central do Brasil órgão regulador do sistema financeiro brasileiro, elaborou um estudo sobre a Cidadania Financeira, onde ele define “Cidadania Financeira é o exercício de Direitos e Deveres que permite ao Cidadão Gerenciar bem seus recursos financeiros” e que deva acontecer uma inclusão financeira para que todos os cidadãos tenham a informações sobre produtos e serviços financeiros. Desencadeando uma proposta de educação financeira do próprio Banco Central do Brasil que busca melhorar o entendimento do cidadão quanto ao risco e desenvolver habilidades para se tornar ciente aos riscos e as oportunidades, para que melhore o seu bem-estar financeiro, levando segurança a esses consumidores. Já mais recente surge o programa “Aprender Valor” do Banco Central do Brasil tem o objetivo estimular o desenvolvimento de competências e habilidades de Educação. O programa está sendo implementado desde 2020, em caráter experimental e que a partir de 2021 o programa entrou em fase de expansão nacional para todas as escolas municipais e estaduais que se interessasse e que atuam no ensino fundamental. O projeto entende que educação financeira é uma urgência social, tendo em vista os impactos, na vida individual e coletiva da sociedade. Este projeto propõe levar o tema letramento financeiro para dentro das salas de aula na escolarização de nível básico. Por se tratar de um projeto fechado e entregue às escolas, há de se ter o cuidado e analisar as intencionalidades se vai somente levar informação ou gerar conhecimentos, saberes e tornar os cidadãos críticos.

Tratar a educação financeira no seio escolar já não se discute, mas sim como trabalhar de forma efetiva para um ganho individual e coletivo, segundo o programa levar o tema para dentro das salas de aula se alinha à demanda contemporânea de promoção do letramento financeiro na escolarização de nível básico. O programa traz como suporte da educação financeira na educação a proposta que consta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que busca auxiliar a inserção crítica e consciente das crianças e adolescentes, e que possa contribuir para a cidadania, aproximando a educação do contexto social. Pois é o desafio da escola preparar o aluno para a vida e torná-lo cidadãos críticos, capaz de sobreviver às adversidades que a vida lhe proporciona e contribuir para a sociedade em geral. O dever das instituições de ensino não é somente no ensino de qualidade, mas também para a educação de qualidade remetemo-nos à reflexão de que:

Há uma preocupação com ensino de qualidade mais do que com educação de qualidade. Ensino e educação são conceitos diferentes. No ensino organiza-se uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a compreender áreas específicas do conhecimento (ciências, história, matemática). Na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética,

reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. Educar é ajudar a integrar todas as dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos (Moran, Masetto e Behrens, 2000, p. 12).

Sendo a escola uma instituição da sociedade encarregada de democratizar a informação e a cultura, nada mais comum que a Educação financeira esteja inserida em seu espaço. É necessário que as pesquisas dos fundamentos e práticas educacionais abranjam cada vez mais as adversidades apresentadas ao cidadão e a sociedade, buscando meios de reduzir a dicotomia e a exclusão social. O tema educação financeira está em evidência, por isso há a necessidade de estar inserido no processo ensino aprendizagem das escolas. Há uma imposição legal, mas também uma imposição que se apresenta como demanda individual e social, onde o cidadão tem que se preocupar com a sua saúde financeira e da sociedade, pois lhe afeta diretamente.

Diante do capitalismo selvagem e o consumismo exagerado incentivados pelas mídias, há a necessidade de um cidadão crítico, educado financeiramente para discernir o que é bom para si e para uma vida socialmente sustentável. Sabemos que os jovens têm feito cada vez mais uso das mídias digitais, portanto deve ser trabalhada nas escolas, não deixar somente a mídia consumista e interesseira a cargo de educar nossos jovens. Cabe aos pesquisadores da educação e educadores tematizar nas escolas estas diversidades de informação que o tema proporciona. Existem temas que são difíceis de serem trabalhados, a educação financeira é um destes temas, devido ao grande número de informação e a complexidade do tema, esta dificuldade traz grandes desafios para os profissionais da educação. Cabe a pedagogia dos Letramentos decodificar e trazer para dentro da escola o mundo que os jovens estão vivendo.

Base Nacional Curricular Comum

Para falarmos de educação financeira nas escolas não podemos deixar de trazer as intencionalidades da BNCC que traz a educação financeira como tema transversal. Antes de discorrermos as entrelinhas da BNCC é importante trazer o Art. 205 da nossa lei maior a Constituição Federal onde assegura a educação para todos “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1998) e em seu Art 210 assegura conteúdos mínimos. Com as exigências da constituição na esfera da educação, foi criada para regulamentar o tema em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB que vem disciplinar a educação escolar brasileira, sendo a

educação um dever do estado, deve ele Art 9 implementar um Plano Nacional de Educação que “nortearam os currículos e seus conteúdos mínimos”. Na LDB em seu Art. 26. “Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.” Este artigo fundamentou a criação da Base Nacional Curricular Comum. Em 2014 foi criada a Lei 13.005 aprova o Plano Nacional de Educação e da outras providências, reiterando a criação de diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos.

Chegamos a BNCC documento inicialmente confeccionado em 2015 com caráter normativo que traz um conjunto de aprendizagens essenciais que os alunos devam desenvolver ao longo da educação básica, conforme garantido os direitos dos estudantes no PNE – Plano Nacional de Educação. Este documento está em consonância com a LDB, Lei nº 9.394/1996 e fundamentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica orientando “pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (MEC, 2018, p. 7). A homologação final do documento em 2017 trouxe a inclusão do ensino médio, com um objetivo de uma base para toda educação básica brasileira.

O documento foi elaborado por especialistas de toda área do conhecimento e que atende as demandas dos estudantes. O documento foi debatido com a comunidade e professores do Brasil com o intuído de garantir um conjunto de aprendizagens essenciais. Afirmam que o documento somente, não resolverá as desigualdades, mas que seja o ponto de partida, pois este pode influenciar os currículos, formação continuada dos professores, materiais didáticos e as avaliações. Os organizadores do documento têm grandes expectativas para a melhora da aprendizagem e conta com o MEC para que com a sua capilaridade possa levar a cada sala de aula das escolas brasileiras. (MEC, 2018, Pg 5). O documento propõe o desenvolvimento de 10 competências que jugam ser importante para o desenvolvimento do conhecimento, habilidades, atitudes e valores, entendendo dar uma fundamentação para que o alunado possa desenvolver sua vida cotidiana, exercendo a sua cidadania (MEC, 2018, Pg 8). E dentro deste contexto a BNCC da autonomia as escolas para se trabalhar com temas contemporâneos de forma transversal e integradora, dentre os vários temas sugeridos está a “Educação para o Consumo” e a “Educação Financeira e Fiscal”:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança

e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200919), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/200422), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada. (MEC, 2018, p. 19).

Após o processo de redemocratização a educação brasileira sofreu várias críticas quanto a sua tendência tecnicistas que privilegia e beneficia o capitalismo, mesmo com a constituição de 1988 que deixou atrelado educação ao trabalho.

A formação escolar capitalista, aparentemente, possibilita a manutenção do poder da classe dominante sobre a trabalhadora, a partir da formação desta para as exigências do mundo do trabalho, mas a classe trabalhadora não recebe tal projeto educativo sem resistências e apropriações próprias dos conteúdos do Ensino, o que torna a escola dialética (GRAMSCI, 1982). A escola capitalista é um espaço de disputas entre as classes sociais, pela hegemonia sobre o conhecimento, pois não alcança o total controle sobre o que os indivíduos apreendem e o impacto deste no avanço da consciência crítica. Porém, os arautos desse modelo de escolarização insistem em desenvolver dispositivos legais de controle de gestores, professores, bem como das avaliações e do currículo. (Filipe *et al.*, 2021, p. 784),

As críticas vão desde a formação dos currículos as intencionalidades permitidas pela regulamentação do sistema, que atende as demandas capitalistas, econômicas e de formação de emprego. Influenciando desde a formação do plano de aula, até mesmo a elaboração das políticas curriculares, atingindo o cotidiano da sala de aula. Filipe *et al.* (2021, p. 787) entende que as necessidades básicas de aprendizagem estão pautadas no conhecimento mínimo para adequar ao capitalismo, com uma proposta pedagógica básica definida por órgãos internacionais incumbidos de orientar a formação de mão de obra em países subdesenvolvidos e que o melhor desenvolvimento fica para as escolas de elite. Tese também defendida por Fernandes:

Esse Programa de Educação Financeira endereçado à escola acaba por planejar “programas de pensamento” sobre o mundo das finanças, ensejando novos comportamentos dos jovens. Advindas de interferências internacionais,

pela OCDE, as propostas alinharam-se aos preceitos neoliberais e do capitalismo financeiro instaurado no mundo globalizado.” (Fernandes, 2019, p. 96)

Entende que a BNCC foi elaborada em consonância com os parâmetros de qualidade impostos por países capitalistas. Para Filipe et al. (2021, p. 789), a proposta disposta na BNCC atende as demandas neoliberais com foco de abertura de nichos de mercado para o ramo de negócios da educação privada.

Hoje, a BNCC é a referência nacional obrigatória para adequação dos currículos da Educação Básica com função técnica/instrumental homogeneizante, subsumindo as especificidades locais e regionais e impondo os objetivos e as temáticas privilegiadas para o alcance do desenvolvimento das “dez competências gerais” da Educação Básica nos alunos, de todos os níveis e modalidades de Ensino. Tendo o pressuposto de que a competência se define como “[...] a mobilização de conhecimentos [...], habilidades [...], atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8), numa perspectiva pragmática. (Filipe et al., 2021, p. 790)

A BNCC é um documento denso elaborado por vários profissionais da educação que respeitou as normas vigentes, ao longo de sua formulação vem recebendo diversas críticas, a BNCC foi elaborada no período de um governo com ideologia que se preocupa com a educação, mas o elo da educação com o trabalho fixado na constituição que tem se respeitado, tem trago grandes desgastes e críticas.

Educação financeira e suas intencionalidades

Hoje no Brasil a educação financeira é uma realidade embora de forma tímida. Fernandes em sua tese de Doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Educação pela UFSCAR “A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: gênese, instituições e produção de doxa”. Traz o argumento do senso comum sobre a importância da educação financeira formada pelos dominantes:

Tomando por base esses conhecimentos, nesta tese argumentamos que o conhecimento da Educação Financeira nas escolas, vindo de diversos agentes e áreas de conhecimento, tende a legitimar um tipo de educação para satisfazer os interesses de determinados grupos, promotores da doxa dominante. A doxa, no sentido de Bourdieu, é um “senso comum naturalizado”, que, de tão naturalizado, não nos damos conta de que é uma construção social, já que passa a ser seguido pelos dominados do campo e continuamente reforçado pelos dominantes. (Fernandes, 2019, p. 40).

Fernandes entende que a escola “é o lugar legitimo” para desenvolver comportamentos que são formados por crenças com decisões acertadas, para isso é preciso conhecer a “linguagem desse mundo”. (Fernandes, 2019, p. 183) fez um estudo das crenças e os conhecimentos científicos dos profissionais que desenvolveu os materiais didáticos:

Nesse sentido é que interpretamos as crenças, ou os conhecimentos científicos presentes nos materiais didáticos sobre a Educação Financeira, como verdades instituídas por agentes de diversas áreas disciplinares – ou espaços sociais – que se empenham por legitimar a sua forma de ver e conceber a temática para a sala de aula. Ao trazermos as formações dos autores envolvidos na elaboração dos materiais didáticos, entendemos que seus conhecimentos de área constituem crenças que são reveladas no material. A forma como o assunto é proposto recebe influências dessas crenças. (Fernandes, 2019, p. 39)

A autora deixa claro a intencionalidade transbordada na elaboração do material didático, essa subjetividade é constituída ao longo de toda a vida profissional e pela ideologia. “E mesmo não considerando a Educação Financeira como um campo de acordo com a teoria sociológica – empreendemos o sentido de crenças como produtos de campos que buscam reforçar a sua forma de produzir ciência.” (Fernandes, 2019, p. 39) o estudo com o objetivo de investigar os materiais sobre educação financeira elabora pelo Conef – Conselho Nacional de Educação Financeira e do material analisado entende, que, pode inculcar um hábito econômico capitalista:

Inspirados em Bourdieu (1989), este trabalho mostrou que se essas atividades forem desenvolvidas na escola podem inculcar nos estudantes um *habitus* econômico. Esse *habitus* supõe uma aprendizagem de saberes sobre o mundo econômico, tais como: investir, poupar e consumir. No entanto, esses conhecimentos impõem uma linguagem específica, e o domínio dessa linguagem é condição para a participação no mundo capitalista em que os pressupostos do que é correto é consumir bens e acumular riquezas. (Fernandes, 2019, p. 183)

A autora analisou os materiais mais recentes e entende que independente da época o senso comum está sempre com intencionalidades neoliberais com foco no capital.

Outrossim, entendemos que o foco é sempre o capital, os bens materiais e a boa administração deles, com vistas à obtenção de lucro. O que muda é que a linguagem tornou mais técnico o que era moral. Na Educação Financeira a doxa dominante está dentro da perspectiva neoliberal. Sublinhamos que, não só os termos se modificaram, mas também a forma de reprodução de capital de cada período histórico, que hoje gira em torno do capital especulativo. (Fernandes, 2019, p. 185)

Mesmo a educação financeira como proposto em varias situações é contaminada pelo viés capitalista, Fernandes entende viável a educação financeira se passar por novas definições e se despir destas intencionalidades neoliberais e capitalista, buscando por intencionalidades socialmente viável.

No entanto, devemos entender também que o que se entende por Educação Financeira pode passar por novas definições. Fatores que abarcam a cultura, a condição financeira, o meio social, os costumes, darão sentido ao que é gastar, poupar, economizar, ou seja, à organização financeira de cada agente no mundo social. (Fernandes, 2019, p. 186)

Em sua tese Fernandes esclarece que sua proposta não é apoiar e nem abolia a educação financeira, mas sim entender as crenças envolvidas., e sucinta como este assunto chega à tona nos currículos escolares:

Ao que nos parece, tudo decorre como se a escola tendesse a apoiar assuntos surgidos de necessidades construídas socialmente. Atravessamos uma crise financeira e econômica e, consequentemente, por altos índices de endividamento, e dessa forma vimos então surgir nas escolas a necessidade de abordar tais assuntos com crianças e jovens. E mais do que isso, pela necessidade de introduzir uma linguagem voltada para valores, tais como: vida financeira saudável, consumir de forma responsável, “construir um pensamento financeiro consistente, comportamento financeiro saudável, entre outros. (Fernandes, 2019, p. 187)

Em sua análise entende que há uma dissolução e expansão da educação financeira, podendo transitar em diferentes áreas do conhecimento, reforçando disciplinas já existentes:

Por outro lado, na análise efetuada por nós, desde a busca por disciplinas que estiveram presentes no currículo da escola brasileira até o surgimento do termo Educação Financeira, a partir da Enef, vimos uma dissolução de conteúdos disciplinares da Educação Financeira, o que implica um tipo de “fim” dessa educação. Entendemos que essa difusão e expansão em diferentes áreas de conhecimento faz com que a Educação Financeira não seja uma disciplina isolada, mas, ao contrário, ela sobrevive das relações estabelecidas, uma vez que o seu conteúdo perpassa diversos conhecimentos, tornando-se um contexto. Destarte, a Educação Financeira termina, chega ao “fim”, não no sentido de ter se tornado um “nada”, mas porque se tornou importante como meio de reforçar disciplinas que já compõem o currículo da escola. (Fernandes, 2019, p. 187)

A autora chama a atenção para as intencionalidades propostas nos conteúdos da educação financeira, que tenta incutir nos estudantes o consumismo e que as propostas para uma educação financeira voltada para o social devem se prevenir:

Portanto, a Educação Financeira busca instaurar uma nova forma de viver o consumo, buscando produzir uma subjetividade no estudante baseado no princípio de que só é feliz quem consome, de que para estar incluso tem que consumir, primordialmente, dois tipos de bens, os materiais e os simbólicos. Consumindo, dessa forma, um jeito de ser no mundo. Ao empreender esse novo jeito de ser, as pessoas tendem a traduzir e a ressignificar esse jeito de ser, passando a usá-lo e a ensinar como usá-lo, se desdobrando em comportamentos e estilos. Desse modo, a escola apresenta os conceitos, incutindo o convencimento de que são bons, e as pessoas passam a buscá-los, tamanha a força simbólica com que esses materiais chegam no chão da escola. (Fernandes, 2019, p. 190)

Fernandes apresenta um grande desafio para os pensadores da educação, como prevenir ou incentivar estas intencionalidades que é capaz de mudar todo um contexto social. A autora aponta que a construção da educação financeira está intimamente ligada a ideologia dominante.

Outrossim, entendemos que a mão direita da Educação Financeira, representada pela Enef, traz uma proposta intimamente de acordo com os ideais do capitalismo e do neoliberalismo, vindos da OCDE. Britto (2012), ao analisar as propostas da Enef, apontou-nos esses estreitamentos com a formação de um indivíduo consumidor. Ao contrário, a mão esquerda da Educação Financeira, em nosso ponto de vista, pode estar sendo pensada por educadores e/ou educadores matemáticos, se buscarem inserir o tema na escola por um viés crítico, ou seja, levando à discussão conhecimentos que extrapolam a racionalidade e o individualismo. (Fernandes, 2019, p. 192)

Fernandes (2019, p. 182) em sua tese relacionou as áreas de conhecimentos/agentes com suas crenças, perante o senso comum “a educação financeira é um conteúdo importante para a sociedade/escola” sendo elas: OCDE – “Compreender os conceitos do mundo financeiro. Criar competências para participar de modo ativo do mundo financeiro. O indivíduo se torne responsável pelo bem-estar da sociedade”; ENEF – “Contribuir para tornar o indivíduo/consumidor consciente, cidadão e para o fortalecimento do sistema financeiro”; “BNCC - Um tema contemporâneo que envolve a vida do indivíduo e da sociedade. É um tema transversal.”; Educação Matemática – “Educação Financeira Escolar é iniciar o estudante na compreensão do mundo das finanças. Envolve o indivíduo, família e sociedade.”; Psicologia Econômica - “Psicologia x Economia. Conhecer o comportamento das pessoas no mundo econômico.”; Socialização Econômica – “Psicologia Econômica x Psicologia do Desenvolvimento Envolve fatores cognitivos, culturais, demográficos, socioeconômicos e relações pessoais. Conhecer o comportamento das crianças com relação ao uso do dinheiro.”; Sociologia Econômica – “Crítica ao homo oeconomicus. Mercado da produção de

materiais sobre Educação Financeira é uma construção social/estrutura social.”; Teoria Econômica – “Ter racionalidade, disciplina. É consumir e acumular capital.”; Dsop – “Metodologia de ensino sobre diagnosticar, sonhar, orçar e poupar.”

Letramentos Financeiros

Na introdução apresentei alguns pontos que conduz a uma educação financeira no ensino, para que possa contribuir para a cidadania financeira. Nos estudos dos "Letramentos", Cabral (2015) traz a literacia financeira termo utilizado nas pesquisas desenvolvidas em Portugal, no Brasil utilizamos a terminologia de letramentos financeiro, pois busca a mesma habilidade para a construção dos significados. Assim, descreve a literacia financeira:

Está assim ligada à habilidade de ler, analisar, gerir e comunicar sobre a condição financeira pessoal e à forma como esta afeta o seu bem-estar material. Inclui também a habilidade de discernir entre escolhas financeiras, discutir assuntos financeiros e monetários sem (ou apesar do) desconforto que possa eventualmente causar, planejar o futuro e responder de forma competente às situações do dia-a-dia que envolvem decisões financeiras, incluindo acontecimentos na economia global. (Cabral, 2015, p. 17)

Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020) vai além na definição ponderam que letramentos é mais do que comunicação é também pensamentos e representações que utilizamos para construir significados para nós mesmos por meio de ideias, conceitos e exemplos. Também apresenta os ataques que o sistema educacional tem recebido, que não contextualiza as necessidades econômicas e da sociedade que estão em constantes mudanças, deixando um déficit na formação dos jovens. Essa velocidade como se dá estas mudanças são proporcionadas por interesses de um setor da sociedade com alto poder de influência, segundo os autores até mesmo nas políticas educacionais, sociais e econômicas. Assim, fazem críticas ao neoliberalismo pois este tenta reduzir o estado e os programas de bem-estar social. Deixar a educação financeira nas mãos de setores da sociedade que vão formar conhecimentos para interesses próprios, o que pode trazer grandes problemas para a formação da Cidadania Financeira, é preciso que o sistema educacional abrace este tema para que não ocorra uma exploração em um tema tão importante que pode impactar toda uma sociedade conforme chamam a atenção:

O letramento tradicional da “letra” não é mais adequado, seja para apoiar a governança descentralizada ao longo das linhas neoliberais, seja para apoiar uma sociedade civil a fazer demandas justas a seu estado. Dadas as tendências estruturais e mais profundas, precisamos, em vez disso, de uma pedagogia de letramentos para a cidadania, centrada em alunos letrados críticos, que se

tornem agentes de seus processos de conhecimento, capazes de contribuir com suas próprias ideias e de negociar as diferenças entre diferentes comunidades.” (Kalantzis, Cope e Pinheiro, 2020, p.62)

Uma proposta de Letramento Financeiro para a educação tem que ter como propósito os letramentos críticos conforme desvelam, a realidade social do aluno tem que ser trazida para dentro do seio escolar e trabalhada criticamente. Evidenciam que:

Existem duas vertentes principais para os letramentos críticos, que estão frequentemente interligadas. Uma é de orientação generalizável, em que a “alfabetização crítica”, nos termos de Paulo Freire, consiste em processos de pensamentos e atividades de reflexão sobre a realidade social. Isso contrasta diretamente com uma pedagogia didática, em que há “um sujeito narrativo” (o professor) e o paciente ouvindo objetos (os alunos). A narração, feita pelo professor-narrador, leva os alunos a memorizar mecanicamente o conteúdo narrado, podendo, no pior sentido, transformá-lo em meros “recipientes”, em “receptáculos” a serem preenchidos pelos professores. (Kalantzis, Cope e Pinheiro, 2020, p.155)

Assim, defendemos uma educação financeira pautada em letramento e alfabetização financeira crítica que possibilite reflexão e compreensão pautada na realidade dos sujeitos, que captam deste contexto sentido e significado para se posicionarem no mundo como cidadãos e agentes de cidadania.

Considerações Finais

A interação da educação financeira com outras áreas do conhecimento, nos remete a contribuição que o estudo dos letramentos com suas multimodalidades pode trazer para o processo do ensino aprendizagem, com pensamento no desenvolvimento social. Cabe ao professor que vai lidar com o tema se desvincilar das intencionalidades do neoliberalismo, propondo um conhecimento de Educação Financeira de forma crítica e que possa ajudar na formação de um cidadão consciente e justo. Não pode a escola deixar os alunos ao relento das mídias sociais inculcadoras de intencionalidades capitalistas.

Percebemos que nos movimentos que a educação financeira teve no Brasil foi com foco no desenvolvimento de competências, projetos elaborados pela OCDE, que foram importadas de outros países com orientação ideológica diferentes, colidindo com a verdadeira intenção da educação brasileira.

Até a homologação da BNCC a educação financeira vinha sendo tratada em vários outros normativos, respeitado o que prevê a base constitucional. O elo que a Constituição Federal faz da educação com o trabalho, faz com que as normatizações tendem a pensamentos ideológicos na orientação para o conservadorismo, consumo e acúmulo de capital preceitos do capitalismo/neoliberalismo, também com tendências na busca de formação de mão de obra e trabalhadores disciplinados. As leis que vieram a regulamentar e normatizar a constituição no que tange a educação, estão seguindo a leitura fria da lei. Para resolver este problema o que precisa ser feito é desatrelar a educação básica de preparação para o mercado de trabalho e articula-la cada vez mais para a formação cidadã..

Existem muitas críticas quanto a intencionalidade da educação financeira com viés capitalista e neoliberal, mas não podemos deixar de reconhecer que a educação financeira pode ser uma ferramenta para que as pessoas saibam lidar com o capitalismo selvagem, uma vez que vivemos em um país democrático e estamos sujeitos a qualquer governo de qualquer tipo ideológico.

Relacionar a educação financeira ao neoliberalismo, capitalismo e impedir que este tema chegue as escolas é um retrocesso pois causa uma defasagem na cidadania financeira gerando exclusões destes cidadãos, deixando-os à mercê das intencionalidades que não condiz com uma educação reflexiva. Cabe a educação identificar as intencionalidades dentro das propostas e modificá-las adequando aos modelos éticos e justos propostos pela educação de qualidade.

A educação financeira deve propor um ensino aprendizagem que vai além de cálculos matemáticos, levando o cidadão a reflexão, que com o conhecimento adquirido e uma sabedoria que o acompanhará em todo o seu cotidiano, sabendo distinguir as armadilhas do capitalismo e tomar as melhores decisões, evitando o conservadorismo, consumismo e o acúmulo de capital. Levar o cidadão a ter conhecimento dos seus direitos e deveres que refletirá em sua qualidade de vida e na sua cidadania financeira é um dever da educação brasileira.

Referências

AEF-Brasil. Estatuto Social da Associação de Educação Financeira do Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/wpcontent/uploads/Estatuto-AEF-Brasil.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 1988.

BRASIL. Decreto 7.397, 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional da Educação Financeira-ENEF. Presidência da República, Casa Civil.
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BRASIL. Estratégia Nacional da Educação Financeira - ENEF. Coordenação AEF-BRASIL. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira. Brasília, 2010. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível
em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jan. 2014.

BRASIL. Programa de Educação Financeira nas Escolas. Coordenação AEF-BRASIL.
Disponível em: <<http://www.edufinanceiranaescola.gov.br/o-programa/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CABRAL, C. C. P. A importância da literacia financeira no ensino, como parte integrante do processo de educação para a cidadania: projeto aplicado a uma turma do 10º ano de Economia A. repositorio.ul.pt, 2015.

<https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/22964/1/ulpie047616_tm_tese.pdf> Acesso em 17 agosto 2022.

FERNANDES, L. F. B. “A educação financeira no Brasil: gênese, instituições e produção de doxa”. repositorio.ufscar.br, 2019.

https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11433/Tese_Fernandes_Luzia%20de%20Fatima%20Barbosa.pdf?sequence=3. Acesso em 05/01/2023

FILIPE, F. A., D. S. Silva, e ÁC Costa. “**Uma base comum na escola: análise do projeto educativo da Base Nacional Comum Curricular**”. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas SciELO Brasil, 2021.

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/PbZbjrWHzzQ3Yt4LBFzK6NF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 05 jan. 2023.

KALANTZIS, M.; COPE, B.; PINHEIRO, P. **Letramentos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

MEC. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018.
Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/BNCC_19dez2018_site.pdf>
Acesso em: 05 jan. 2023.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

ROJO, R. (Org.) **Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola editorial, 2013.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

ROJO, R.; MOURA, E. (Org.) **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola editorial, 2012.

SESSA, C. B., D. F. Leite, E. S. Felipe, ÉAS Leal, e ... “**Das recentes crises econômicas à crise da covid-19: reflexões e proposições para o enfrentamento da pandemia na economia brasileira e capixaba**”. Revista IFES ..., 2020. <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ric/article/view/648>. Acesso em 05/01/2023

Recebido 30/04/2024

Aceito: 20/12/2024

Publicado 17/02/2025

